

Relatório Técnico: Projeto Piloto - Pescador de Fato (Comunidades de Povoação e Regência, Linhares – ES).

Versão 1.0

Edição 1.0

Atualização 1.2

1. Introdução/Objetivo

Mediante manifestações provocadas por debates verbais e por ofício, no Conselho Consultivo da Fundação Renova, os representantes das comunidades pesqueiras artesanais de Povoação e Regência Augusta, localizadas na foz do Rio Doce, Linhares (ES), expuseram que a atual política de indenização mediada do segmento pesqueiro e seus respectivos grupo e subgrupos tratados não está de acordo com toda a realidade das mesmas, uma vez que muitos dos pescadores que não possuem documentação da pesca (RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira) e/ou que possuem, mas estão com estes documentos nas condições de suspensos ou cancelados. Com isso esses pescadores de fato não podem ser indenizados como pescadores profissionais artesanais, conforme é o seu verdadeiro ofício.

Diante desta realidade exposta no Conselho Consultivo, optou-se pela criação de um Grupo de Trabalho – GT composto por membros do Conselho e técnicos da Fundação Renova. O GT construiu uma proposta de política para ser apreciada, considerada e deliberada pela CT-OS (Câmara Técnica de Organização Social) e Governança CIF (Comitê Interfederativo).

2. Legislação e Desafios na Gestão Pesca.

Dentre as categorias de pesca, previstas na legislação federal, há a Pesca comercial artesanal, aquela praticada por pescador profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com arqueação bruta menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011).

A pesca e o pescador artesanais são reconhecidos pela Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura nº 6/2012 e pela Instrução Normativa nº 15/2014 onde é regulamentada a manutenção da licença de pescador profissional.

A gestão executiva da pesca no Brasil gerou os percalços e desafios da realidade descrita, que permeiam até os dias atuais, quando muitos dos pescadores profissionais artesanais não conseguiram obter sua regularização ou nem mesmo mantê-la.

2.1 Linha do tempo da gestão de emissão do RGP e seus respectivos órgãos executivos.

CARTEIRA DA SUDEPE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)

RGP – PESCADOR ARTESANAL

- emitidas entre 1972 e 1989

CARTEIRA DO IBAMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)

RGP – PESCADOR ARTESANAL

- emitidas entre 1989 e 2001

CARTEIRA DO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)

RGP – PESCADOR ARTESANAL

- emitidas entre 2001 e 2003

CARTEIRA DA SEAP/PR (SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA / PRESIDENCIA DA REPUBLICA)

RGP – PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL

- emitidas entre 2003 e 2010

CARTEIRA MPA (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA)

RGP – PESCADOR PROFISSIONAL

- emitidas entre 2009 e 2015

Porém por vários períodos a emissão do RGP foi suspenso, por motivos diversos (sistema que não funciona, recomendação da CGU e casa Civil, novas normas, etc).

3. Metodologia de construção.

Todo o processo de construção da proposta de política de reconhecimento do ofício de **PESCADOR DE FATO** (Pescador Artesanal que pesca com objetivo de comercializar o recurso pesqueiro de forma profissional, mas não possui nenhuma documentação ou, quando possui, está com status de suspensão ou cancelada) foi construído no Conselho Consultivo da Fundação Renova e com a discussão e participação dos pescadores das comunidades pesqueiras de Povoação e Regência Augusta, do município de Linhares (ES).

As reuniões, debates e discussões, ocorridas em:

- Reunião do Conselho Consultivo – abril de 2018, onde ocorreu o pleito pelos conselheiros do tal reconhecimento dos pescadores como profissionais independentemente da característica regulamentar dos pescadores. Na ocasião, houve a formação do Grupo de Trabalho para o Segmento Pesqueiro.
- Reunião do Conselho Consultivo – maio de 2018, onde foi apresentada a proposta que seria validada pelas comunidades de interesse (Povoação e Regência Augusta);
- 03 de maio de 2018 – Apresentação da proposta para apreciação e considerações da comunidade de Regência Augusta (lista de presença, relato do diálogo e fotos anexos);
- 05 de maio de 2018 - Apresentação da proposta para apreciação e considerações da comunidade de Povoação (lista de presença, relato do diálogo e fotos anexos);
- Reunião CT-OS, Brasília, 09 de maio de 2018 - Apresentação da proposta para aprovação da metodologia do Reconhecimento do ofício do **PESCADOR DE FATO**;

- 21 de maio de 2018 – Envio da política de Indenização do Segmento Pesqueiro para a CT-OS, que emitirá uma Nota Técnica sobre a proposta apresentada;
- 06 e 07 de junho de 2018 – Reunião da CT-OS, com a presença dos membros do GT, a partir da qual se aguarda Nota Técnica para apreciação e ajustes, caso necessários, e execução do trabalho no território;
- 11 de junho de 2018 – Construção das ferramentas com a comunidade de Regência Augusta. Foram abordadas algumas considerações levantadas na reunião da CT-OS, 06 e 07 de junho de 2018 (lista de presença, relato do diálogo e fotos anexos);
- 12 de junho de 2018 – Construção das ferramentas com a comunidade de Regência Augusta. Foram abordadas algumas considerações levantadas na reunião da CT-OS, 06 e 07 de junho de 2018 (lista de presença, relato do diálogo e fotos anexos).

3.1 Premissas adotadas pelo grupo de trabalho.

- O sistema de gestão da pesca no Brasil e a documentação dos pescadores profissionais tiveram períodos de interrupção e não atendem de fato à necessidade dos pescadores, que em sua maioria não têm o RGP.
- A necessidade de justiça com os pescadores profissionais que não tiveram condições de se manter regularizados, considerando as falhas no sistema do RGP que provoca a existência de pescadores profissionais artesanais sem documentação, e muitas pessoas que não são pescadores com o RGP.
- Todas as ferramentas utilizadas na metodologia serão respaldadas pelo Artigo 299 do Código Penal (Falsidade ideológica).
- A necessidade de definir critérios mais adequados à realidade encontrada nos territórios, e que permitam as indenizações.
- A necessidade de acelerar o processo indenizatório.

4. Aplicabilidade da Metodologia Proposta

Com o intuito de traçar possibilidades para que o pescador artesanal possa comprovar seu ofício, independente se seu RGP está regular ou não, foram construídos 03 (três) **Conjuntos de Evidências**, com o Conselho Consultivo e as comunidades interessadas. Este conjunto de evidências será a forma de

comprovação do atingido como pescador profissional de fato, aplicado em uproeto piloto nas comunidades de Povoação e Regência Augusta. São elas:

4.1 Conjunto de Evidências 1 (LEI)

- a. **RGP** – Registro Geral de Atividade Pesqueira deferida/ativa, conforme a Planilha de pescadores de 7 (sete) municípios no Estado de Espírito Santos - ES - SEI nº 0204691 (Anexo A) disponibilizada pela NOTA INFORMATIVA Nº 66/2017-SEI-CGRAP/DRMC/SAP (Anexo B).
- b. Protocolos de Requisição e Manutenção de RGP deferidos/ativos, conforme a Planilha do Ofício nº 186/2018-SEI-GAB-SAP/SAP disponibilizada por meio digital, no e-mail da Secretaria de Aquicultura e Pesca (terça-feira, 6 de março de 2018 16:47h Anexo C), encaminhado pela da CT-OS (quarta-feira, 21 de março de 2018 12:41h Anexo D).
- c. **INSS** – Instituto Nacional de Seguro Social, documentos de previdência social e trabalhistas, com fé pública, onde descreva o ofício do impactado como pescador/ pescador artesanal/ pescador profissional artesanal, com o exercício da atividade pesqueira anterior ao rompimento da barragem.
- d. Seguro Desemprego – Seguro Defeso / Pescador Artesanal, onde o pescador foi contemplado com o benefício nos anos 2014, 2015 e 2016. Pelo site <http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/>.

4.2 Conjunto de Evidências 2 (Histórico)

4.2.1 Declarações - documento em que o pescador não regularizado ou com seu RGP suspenso ou cancelado **deverá apresentar 02 (duas) declarações**, condicionadas aos seguintes critérios:

- a. Declarações de distintos pescadores profissionais artesanais, com os seus respectivos RGP's deferidos/ativos, conforme a Planilha de pescadores de 7 (sete) municípios no Estado de Espírito Santo - ES - SEI nº 0204691 (Anexo A) disponibilizada pela NOTA INFORMATIVA Nº 66/2017-SEI-CGRAP/DRMC/SAP (Anexo B) com seu primeiro registro datado anterior a 31 de dezembro de 2011;

- b. Residente na própria comunidade pesqueira, conforme a Matriz de Comprovação de Residência (Anexo E) do PIM – Programa de Indenização Mediada /Fundação Renova.

Pontos de Atenção!

- I. A princípio, para o projeto piloto, cada pescador profissional artesanal com o seu respectivo RGP deferido/ativo poderá assinar até 10 (dez) declarações para os pescadores DE FATO. E, caso seja preciso, ficará condicionado à revisão do número de declarações junto à comunidade interessada.
- II. As declarações que forem assinadas fora do escritório/ambiente PIM / Fundação Renova, deverão ter as assinaturas reconhecidas em cartório.

4.2.2 Formulário e Questionário – após a conferência das declarações por um colaborador do PIM, o pescador declarado receberá 1 (um) formulário e 1 (um) questionário, que deverão ser preenchidos no ato da entrega das declarações. O pescador poderá contar com o auxílio de atendentes, mediadores ou técnicos da Pesca da Fundação Renova, se for de seu interesse, para o preenchimento do formulário e questionário.

Pontos de Atenção!

- I. O Pescador que solicitar o auxílio de um dos colaboradores da Fundação Renova ou Mediadores poderá preencher seu formulário e questionário direto no sistema da Fundação Renova, processo que agilizará o tempo operacional e a análise de suas respostas.

4.2.3 Documentos acessórios – Quaisquer documentos que comprovem o ofício do pescador, anterior ao rompimento da barragem, sendo:

- a. Carteira de algum órgão executivo que ficou responsável pela gestão da atividade da pesca em âmbito nacional.
 - i. SUDEPE
 - ii. IBAMA
 - iii. MAPA
 - iv. SEAP/PR
 - v. MPA

- b. Seguro Desemprego – Seguro Defeso / Pescador Artesanal, onde o pescador foi contemplado com o benefício anterior a 31 de dezembro de 2013. Pelo site <http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/>.
- c. Carteira da Marinha, emitida pela Capitania dos Portos – como pescador profissional (Curso POP), com emissão anterior ao rompimento da barragem.
- d. Declaração, com fé pública, dos órgãos municipais, estaduais ou federais, onde consta o ofício do impactado como pescador, anterior à data do rompimento da barragem.
Exemplos: Escola, PSF, CRAS, CREA entre outros.
- e. Documentos cartoriais, onde consta o ofício do impactado como pescador, anterior à data do rompimento da barragem.
Exemplos: Procuração, Atas de entidades de classe, Registro de Imóveis e etc.
- f. Declaração em Programas e Projetos em órgãos oficiais, onde constam o ofício do impactado como pescador, anterior à data do rompimento da barragem.
Exemplo: EMATER, INCAPER, SEAG, IEMA, ICMBio dentre outros.
- g. Declarações bancárias, onde consta o ofício do impactado como pescador, anterior à data do rompimento da barragem.
- h. **Exemplo:** Empréstimos, Financiamentos.

Pontos de Atenção!

- I. Para os impactados que já há proposta do Grupo Subgrupo de Indenização “Pescador Comercial não Regularizado”, não será necessário apresentar o documento acessório, uma vez que o mesmo já foi apresentado e analisado pelo PIM. Contudo, isso não o isenta de entregar as 2 (duas) declarações e do preenchimento do Formulário e do Questionário para prosseguir com o processo.

4.2.4 Estudos Pretéritos – trabalhos realizados por órgão governamental, não governamental ou privado que possam referenciar o ofício do impactado como pescador, anterior à data do rompimento da barragem.

Exemplos: EIA/RIMA, Diagnósticos, Censos, Planilha de Desembarque Pesqueiro, Censo do IBGE, Estudos acadêmicos e Relatórios/Estudos de órgão municipal, estadual ou federal.

4.3 Conjunto de Evidências 3 (VOZ)

Para esta modalidade de comprovação, o impactado poderá narrar sobre a sua atividade pesqueira, antes do rompimento da barragem, optando pelas seguintes alternativas:

- A. Narrativa por escrito – o impactado descreverá sua vida na rotina da pesca por meio de declaração a punho.
- B. Narrativa audiovisual – o impactado relatará sua vida na rotina da pesca por meio de gravação de vídeo.

Ponto de atenção!

- I. Independentemente do modo que o impactado escolher para realizar sua Narrativa, ela deverá ser realizada em escritório do PIM.
- II. Nas comunidades do projeto piloto, as narrativas audiovisuais serão acompanhadas pelos técnicos ou especialistas da pesca, conforme solicitado pelas comunidades pesqueiras.

5. Considerações finais.

O Conselho Consultivo da Fundação Renova tem como expectativa que os obstáculos existentes para identificação e indenização dos pescadores profissionais de fato, mas que estão em situação irregular perante o Governo Federal, possam ser dirimidos com a ampliação das formas de comprovação de ofício.

.

Como já descrito acima, atingidos que já tiverem sido indenizados nas categorias de pesca “não regularizada” ou pesca para subsistência, mas que evidenciarem praticar

a pesca profissional comercial, poderão solicitar sua alteração de categoria e serem indenizados de forma complementar.

14 de junho de 2018, Linhares (ES).

Fernando Cavalcanti de Sales
Analista de Prog. Socioeconomico
Programa Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

Elaine Cristina Cao
Analista de Negociação
Programa de Indenização Mediada

Mariangela De Lozenzo
Especialista de Prog. Socioeconomico
Programa Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

PRINCIPAIS LEIS E NORMAS SOBRE A ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Cria o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Instrução Normativa Seap/PR nº 3, de 12 de maio de 2004. Dispõe sobre operacionalização do Registro Geral da Pesca. Alterada pela IN Seap nº 12/2006, IN Seap nº 06/2011, IN Seap nº 08/2012.

Instrução Normativa MMA nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil.

Instrução Normativa Ibama nº 189, de 23 de setembro de 2008. Defeso camarão (rosa, sete-barbas, branco, Santana, vermelho, barba ruça) de arrasto com tração motorizada.

Instrução Normativa MPA nº 5, de 11 de dezembro de 2009. Institui o Regime Nacional de Certificação de Captura (RCC).

Instrução Normativa Interministerial Nº 26, de 19 de Julho de 2005. Estabelecer critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações nacionais ou estrangeiras arrendadas, devidamente permissionadas, que operam em águas sob jurisdição brasileira, em alto mar ou em águas incluídas em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 3, de 28 de janeiro de 2011. Estabelece normas para a captura do camarão sete-barbas de arrasto nas Regiões Sul e Sudeste.

Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011. Normas gerais para o sistema de permissionamento de embarcações de pesca.

Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho 2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para inscrição de pessoa física no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria Pescador Profissional no âmbito do MPA.

Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012. Estabelece normas para a pesca de emalhe nas Regiões Sul e Sudeste.

Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 2, de 13 de maio de 2014. Altera a INI nº 12/2012 (Pesca de Emalhe).

Instrução Normativa Interministerial MPA/mapa nº 04, de 30 de maio de 2014. Estabelece a nota fiscal do pescado.

Instrução Normativa MPA nº 15, de 11 de agosto de 2014. Altera o Art. 9º da IN nº 6/2014 (RGP Pescador).

Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. Critérios de inscrição no RGP.